

**FORMAÇÃO CONTINUADA DE
PROFESSORES E ÍNDICES DE
DESENVOLVIMENTO DA EDUCAÇÃO
BÁSICA: O PROCESSO E O PRODUTO¹**

**CONTINUING EDUCATION TEACHER
AND SCORES BASIC EDUCATION
DEVELOPMENT: THE PROCESS AND
PRODUCT**

Andresa Guedes Kaminski Alves ²
Terezinha da Conceição Costa-Hübes ³

¹ Este trabalho é resultante da investigação realizada para elaboração de Mestrado intitulada: "Relato de Uma Experiência de Formação Continuada com Professores de Língua Portuguesa: um Olhar para os Conceitos de Linguagem e de Leitura", sob orientação da prof^a Dra. Terezinha da Conceição Costa-Hübes e financiada pela CAPES/INEP/SECAD

² Andresa Guedes Kaminski Alves é mestranda em Letras, com área de concentração em Linguagem e Sociedade, pela Unioeste (Universidade Estadual do Oeste do Paraná) e bolsista pesquisadora da CAPES pelo projeto de pesquisa: *Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para a alfabetização em municípios com baixo IDEB da região Oeste do Paraná*. E-mail: andressagk@gmail.com

³ Professora da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE. Doutora em Estudos da Linguagem pela Universidade Estadual de Londrina – UEL, pesquisadora coordenadora do projeto: *Formação continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para a alfabetização em municípios com baixo IDEB da região Oeste do Paraná*. Email: terecostahubes@yahoo.com.br.

RESUMO: o presente trabalho tem como tema a formação continuada de professores e sua estreita relação com os Índices de Desenvolvimento da Educação Básica (IDEB) nos anos iniciais. Seu principal objetivo é oferecer, aos profissionais desse nível de ensino e demais interessados, uma discussão acerca dos caminhos para uma atuação mais consistente em sala de aula. Para tanto, tecemos considerações sobre as políticas públicas municipais para a formação continuada de professores de Língua Portuguesa, a fim de refletir sobre a importância do planejamento de ações voltadas à formação continuada nos municípios e seus reflexos no IDEB. A discussão será subsidiada pelas proposições da Linguística da Enunciação com base em Bakhtin (1992, 2003) entre outros. Assim, para dar sustentação à discussão, selecionamos um município da região Oeste do Paraná, para o qual lançaremos nosso olhar sobre as políticas públicas de formação continuada e seus reflexos no ensino da Língua Portuguesa. Estas reflexões estão articuladas ao Núcleo de Pesquisa organizado pelo Projeto *Formação Continuada para professores da educação básica nos anos iniciais: ações voltadas para a alfabetização em municípios com baixo IDEB da região Oeste do Paraná*, ligado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras, e ao Programa Observatório da Educação - CAPES/INEP/SECAD.

PALAVRAS-CHAVE: Formação Continuada de Professores, ensino da Língua Portuguesa, Políticas Públicas Educacionais

ABSTRACT: The present work has as its theme the continuing education of teachers and their close relationship with the Development Index of Basic Education (IDEB) in the early years. Its main objective is to offer to this level of education professionals and other interested parties, a discussion of ways to a more consistent performance in the classroom. To this end, we have made consideration of the municipal public policies for continuing education of teachers of Portuguese in order to reflect on the importance of planning of actions aimed at continuing education in the municipalities and their reflections in IDEB. The discussion will be subsidized by the propositions of Linguistics of Enunciation based on Bakhtin (1992, 2003) among others. Thus, to sustain the discussion, we selected a town in western Paraná, for which we will launch our eye on the public policy of continuing education and its impact on the teaching of Portuguese. These reflections are connected with the Center for Research Project organized by the Continuing Education for teachers of basic education in the early years: actions for literacy in cities with low IDEB the western Paraná, linked to the Post-graduate studies in Literature and Monitoring Program of Education - CAPES / INEP / SECAD.

KEYWORDS: Continuing Education of Teachers, teaching of Portuguese Language, Public Policy Education

CONSIDERAÇÕES INICIAIS

Múltiplos indicadores apontam para os níveis sofríveis da educação básica em nosso país, incluindo os resultados provenientes das avaliações realizadas pelo Ministério da Educação e Cultura (MEC), por meio do Instituto Nacional de Educação e Pesquisa (INEP), sob a responsabilidade do Sistema de Avaliação da Educação Básica (SAEB), cujos índices evidenciam a precariedade de nosso ensino e confirmam a péssima relação de interação dos alunos com os textos e com a leitura. Isso se configura como um dos assuntos mais debatidos no âmbito escolar e acadêmico.

De fato, seja por meio das políticas públicas de avaliação federais ou por intermédio dos depoimentos dos próprios professores que enfrentam a realidade escolar, o tema vem ganhando espaço e sendo debatido tanto no meio acadêmico como no escolar e no científico. Isso nos leva a crer que algum fator está implicando nesses resultados indesejáveis. Ainda, resta-nos, neste espaço, indagar se a força motriz dessa realidade está relacionada com a formação dos professores? Como se configura a formação do profissional que atua nas séries/anos iniciais? Em que medida a formação do professor interfere na formação do aluno? Os professores estão, de fato, preparados para conduzir o aluno da escola contemporânea, considerando todas as implicações econômicas, sociais e culturais do mundo moderno?

No ensejo de encontrarmos respostas para esses questionamentos, pretendemos, com o presente trabalho, discutir o conceito de formação continuada (doravante FC) subjacente a atuação dos profissionais da educação básica anos/séries iniciais, evidenciando a sua importância para constituição dos sujeitos sociais que compõem a conjuntura educacional atual.

Como foco mais específicos, pretendemos refletir sobre os discursos de um grupo de professores e a relação desses discursos com a prática e a reflexão dessa prática no dia a dia da sala de aula. Os referidos professores atuam num município

participante do projeto de pesquisa: *Formação Continuada Para Professores da Educação Básica nos Anos Iniciais: Ações Voltadas para a Alfabetização em Municípios com Baixo Índice de Desenvolvimento (IDEB) da Região Oeste do Paraná*, vinculado ao Programa de Pós-graduação *Stricto Sensu* em Letras – Nível de Mestrado – com área de concentração em Linguagem e Sociedade, da Universidade Estadual do Oeste do Paraná – UNIOESTE, e, vinculado também à CAPES/INEP, por meio do Programa Observatório Educacional. Como estamos inseridas neste Projeto, como bolsista pesquisadora, analisaremos, com o apoio dos depoimentos dos professores, qual conceito eles atribuem à FC e de que forma isso se reflete em suas aulas; e por último, relacionaremos essas reflexões aos resultados do IDEB/2009 do município em questão.

Para tanto, selecionamos como objeto de análise, uma entrevista direcionada a um grupo focal de cinco professores que atuam de 1º ano a 4ª série do ensino fundamental do município em foco. Os grupos focais, geralmente, são constituídos por um pequeno grupo de pessoas as quais são convidadas a debater sobre determinado assunto. Essas pessoas não, necessariamente, precisam ser de uma mesma área, nem apresentarem o mesmo status social. Porém, é importante “que tenham diferentes opiniões em relação às questões que serão abordadas” (GATTI, 2005, p. 20). Este autor destaca, ainda, que essa configuração contribui com o trabalho para os objetivos esperados.

Como fundamentação teórica, tomamos como referencial as contribuições de Bakhtin (1992, 2003) para quem “a interação verbal é a realidade fundamental da língua” (BAKHTIN, ANO, 1992, p.123); as de Luckesi, o qual afirma que “necessitamos de formar educadores que, para si mesmos e para os outros, sejam capazes de cuidar de si, de conviver com os outros e de ter a posse do conhecimento científico e profissional de sua área de atuação”, além de nos fundamentarmos nos ensinamentos de Rodrigues & Esteves (1993), Formosinho (1991), Pimenta (1996) e Costa-Hübes (2008), os quais corroboram com a ideia de que a formação é

um processo contínuo e em constante evolução. Estes autores contribuíram para que tivéssemos uma melhor compreensão do processo de FC e de suas implicações nos resultados da educação básica anos/séries iniciais.

Em relação à técnica de pesquisa utilizada nesse trabalho, pode ser caracterizada como estudo de caso, pois, conforme nos assegura Bogdan e Biklen (1994), "o estudo de caso consiste na elaboração detalhada de um contexto, ou indivíduo, de uma única fonte de documentos ou de acontecimento específico" (BOGDAN E BIKLEN, 1994, p. 89).

Para dar cabo aos nossos propósitos investigativos, estruturamos este trabalho da seguinte forma: na primeira parte procuramos conhecer e apresentar os principais conceitos elaborados pelos teóricos que constituem o referencial teórico com relação à formação continuada, contextualizando-os com os documentos oficiais que norteiam a prática pedagógica, ressaltando a concepção sociointeracionista da linguagem. Num segundo momento, tentamos aclarar essas questões teóricas relacionando-as aos discursos de um grupo de professores do município participante do projeto de pesquisa já mencionado. Por fim, teceremos reflexões sobre a relação dos baixos índices do desenvolvimento da educação básica e a FC dos professores, ressaltando a importância de se direcionar um olhar crítico tanto para o processo como para o produto da educação oferecida em nosso país.

FORMAÇÃO CONTINUADA: UM BREVE RESGATE HISTÓRICO

Na sociedade contemporânea as mudanças acontecem de forma acelerada, exigindo dos cidadãos uma constante atualização de seus conhecimentos sob o risco de ficarem à margem do desenvolvimento. Em outros termos, quem não se atualiza corre o risco de não usufruir do capital social e econômico que seu país produz, tornando-se marginalizado pela própria sociedade ou por sua própria ignorância. Consequentemente, mal preparados, os sujeitos sociais podem

desempenhar seus papéis de maneira fragmentada, podendo trazer consequências funestas ao desenvolvimento de sua pátria. É o caso da educação.

Sobre a educação, de acordo com a avaliação realizada pelo Programa Internacional de Avaliação de Estudante (PISA, 2000), fruto da união dos países-membros da Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômicos (OCDE), no Brasil, coordenado pelo INEP, há muito para ser melhorado na educação brasileira. Isso porque o Brasil ficou em último lugar entre os 45 países que participaram de um teste destinado à avaliação de alunos do ensino médio, entre 15 e 16 anos, o qual aferia suas habilidades de leitura e letramento, no caso da Língua Portuguesa.

O resultado dessa avaliação, entre outras, como o IDEB, apontam indiretamente para a atuação do professor e sua prática em sala de aula. Entretanto, relevante se faz compreender que, por se tratar de um problema de cunho social, ele não pode ser considerado isoladamente e nem tampouco como de responsabilidade apenas do professor. No entanto, cabe ao professor e toda a equipe envolvida no processo educacional, ter consciência do problema e entender como ele se configura, porque, assim, poderão refletir criticamente, buscando amenizar os resultados aferidos.

Acreditamos que a FC pode oferecer subsídios para o desenvolvimento de ações mais acertadas e consistentes no sentido de mudar a realidades desses resultados que distanciam cada vez mais o Brasil dos países desenvolvidos, mas, para isso, deve haver motivação para o professor no sentido de conscientizá-lo de que sua participação em eventos de FC é importante para o seu desenvolvimento como pessoa e como profissional. Logo, o incentivo à busca de conhecimento, permanentemente, deve ser cultivado, pois as mudanças não cessam e elas interferem em todas as esferas sociais, principalmente na educação.

As últimas três décadas têm sido palco de transformações no quadro educacional brasileiro. Entretanto, todas elas marcadas pelas forças ideológicas e partidárias

das equipes políticas que governaram o nosso país, as quais são revestidas de interesses econômicos. Desde o governo militar até o sistema presidencial de governo, a formação dos professores nem sempre foi vista com a devida importância no Brasil porque o que quase sempre imperava não era o desejo de melhorar a educação, mas o de atender ao mercado econômico e seus interesses velados. Nesse sentido, a escola é vista como local de preparação de sujeitos para o mercado de trabalho e não para a vida. Essa configuração requer apenas professores que dominem as técnicas que devem ser repassadas aos alunos, sem reflexão alguma de ambas as partes. Disso resultaram sujeitos passivos, “automizados”.

Apesar disso, com o advento da globalização, surgiu a necessidade de se investir na educação como forma de preparar o sujeito para interagir nas diversas esferas sociais do mundo globalizado. Destarte, “o professor passa a ser considerado o ‘agente das reformas educativas’, assumindo o papel de mediador entre economia / desenvolvimento e educação” (NUNES APUD COSTA-HÜBES, 2007, p. 37). Logo, as discussões acerca da preparação do professor para a nova realidade educacional começa a aparecer nas pautas das políticas públicas internacionais e nacionais nas várias instâncias.

Em virtude das grandes e rápidas transformações no mercado de trabalho, dos trabalhadores que outrora não tinham nem a educação básica completa, se exige, agora, uma melhor preparação para interação com os novos instrumentos de trabalho moderno. Em decorrência disso, a escola passou a ser mais cobrada em relação à formação dos alunos para atenderem a demanda do mercado de trabalho, o que aponta para professores melhor preparados, pois, estes, já não atendiam aos novos propósitos da escola moderna apenas com o nível básico de formação.

A atuação dos professores sofria desajustes contínuos porque sua formação básica não dava conta de atender aos propósitos das transformações impostas pelas políticas educacionais do país. No entanto, era do professor que se

cobrava o resultado. E até hoje, ainda se cobra.

Essa cobrança se tornou mais evidente com a criação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB), em 1996, no governo de Fernando Henrique Cardoso, a qual se pautava na constituição brasileira de 1988. A lei assegurava a universalização da educação o que requeria mais conhecimento por parte dos professores para atenderem a nova demanda de alunos. Só que o apoio com melhores acessórios para o ensino, maior tempo para estudo (formação continuada), condições estruturais das escolas, entre outras, não aconteceram a contento

Apesar disso, o direito para formação continuada dos professores foi resguardado pelos documentos oficiais, como: os "Referenciais para a Formação de Professores, em 1999, que, nas palavras da Secretaria de Educação Fundamental, tem, por finalidade 'provocar e, ao mesmo tempo, orientar transformações na formação dos professores'" (BRASIL, apud COSTA -HÜBES, 2007, p. 39).

Além da publicação desse documento, outros documentos asseguram a importância da formação dos professores, como bem nos aponta Costa-Hübes:

Além dos Referenciais para a Formação de Professores, é importante lembrar que as políticas oficiais brasileiras procuram resguardar, em outros documentos, o exercício da formação continuada. A LDB, por exemplo, define, no inciso III, do art. 63, que as instituições de ensino deverão manter "programas de formação continuada para os profissionais da educação dos diversos níveis". A Lei nº 9424/96, instituidora do FUNDEF, estabelece 60% dos recursos do Fundo à remuneração docente e o restante (40%) a outras ações, dentre as quais, à formação (inicial e continuada) dos professores. De igual modo, a Resolução nº 03/97, do Conselho Nacional de Educação, define, no artigo 5º, que os sistemas de ensino deverão implementar "programas de desenvolvimento profissional dos docentes em exercício". (COSTA-HÜBES, 2007, p. 41)

A partir do surgimento desses documentos, começaram a ocorrer transformações que interferiram, sobretudo, no modelo de formação do professor, na metodologia, entre outros. Assim, compreendemos que toda mudança implica em deslocamentos e realinhamentos, o que sugere o processo de “formação supletiva” (como dito, outrora), “formação permanente” ou formação continuada”, conforme conhecemos hoje. Todavia, será que a formação continuada acontece de maneira a assegurar ao professor o conhecimento que ele precisa para dar suas aulas com tranquilidade e segurança? É sobre isso que trataremos nas linhas seguintes.

FORMAÇÃO CONTINUADA NO CHÃO DA SALA DE AULA

Conforme salientado, nosso propósito maior nesse espaço é discutir a formação do professor, por isso consideramos relevante conceituarmos o que compreendemos por formação. Observem alguns pólos semânticos, apresentados por Fabre (1995), retomando Pierre Goguelin (1987), como forma de melhor compreendermos o que o referido termo nos sinaliza:

1. O pólo educar: provém do étimo latino *educare* (alimentar, criar...) e *educere* (fazer sair de...). Trata-se de um conceito abrangente que designa tanto o desenvolvimento intelectual ou moral como o físico;
2. o pólo ensinar: com origem no latim *insignare* (conferir marca, uma distinção) aproxima-se dos vocábulos aprender, explicar, demonstrar e confere um sentido predominantemente operatório ou metodológico e institucional. “O ensino é uma educação intencional que se exerce numa instituição cujos fins são explícitos, os métodos codificados, e está assegurada por profissionais” (Fabre 1995, p. 22);
3. o pólo instruir: do latim *instruere* (inserir, dispor...) apela aos conteúdos a transmitir, fornecendo ao espírito instrumentos intelectuais, informação esclarecedora;
4. o pólo formar: tem origem no latim *formare* (dar o ser e a forma, organizar, estabelecer). O vocábulo apela a uma ação

profunda e global da pessoa: transformação de todo o ser configurando saberes, saber fazer e saber ser. (apud SILVA, 2000, p.94)

Nesse enfoque, todos os conceitos apontados dialogam uns com os outros, mas diferenciam-se em algumas especificidades, o que precisa ser considerado. No entanto, avaliamos que o que mais se aproxima do conceito que defendemos como formação é o pólo 4 - "formar", pois propõe uma mudança contínua do ser, uma constante "transformação de todo o ser".

Corroboramos essa ideia porque acreditamos que a formação deve ocorrer constantemente, pois, assegura em grande parte, o desenvolvimento tanto do aluno como do professor e, também, do entorno social que os cercam. De acordo com Formosinho (1991):

o aperfeiçoamento dos professores tem finalidades individuais óbvias, mas também tem utilidade social. A formação contínua tem como finalidade última o aperfeiçoamento pessoal e social de cada professor, numa perspectiva de educação permanente. Mas tal aperfeiçoamento tem um efeito positivo no sistema escolar se se traduzir na melhoria da qualidade da educação oferecida às crianças. É este efeito positivo que explica as preocupações recentes do mundo ocidental com a formação contínua de professores. (FORMOSINHO, 1991, p. 238).

Disso decorre a estreita relação que se estabelece entre a FC e a qualidade da educação, quando ela acontece a contento, beneficiando todos os sujeitos envolvidos no processo educacional e sinalizando para um produto de melhor qualidade.

Destarte, compreendemos a FC na mesma perspectiva que Esteves & Rodrigues (1993) como:

[...] aquela que tem lugar ao longo da carreira profissional após a aquisição da certificação profissional inicial (a qual só tem lugar após a conclusão da formação em serviço), privilegiando a ideia

de que a sua inserção na carreira docente é qualitativamente diferenciada em relação à formação inicial, independentemente do momento e do tempo de serviço docente que o professor já possui quando faz a sua profissionalização, a qual consideramos ainda como uma etapa de formação inicial (ESTEVES & RODRIGUES, 1993, p. 44-45).

Nessa passagem, os autores ressaltam a importância do professor entender que apenas a formação inicial, seja num curso na modalidade "Normal", Pedagógico ou de Licenciatura, não garante propriedades ao professor para o trabalho em sala de aula. Mesmo que o professor seja especialista na área que atua, ainda assim não está garantido o conjunto de conhecimentos que ele necessita para formar o cidadão como um sujeito social consciente de seus direitos e deveres.

Relevante se faz compreender que a formação deve ser permanente, independente do tempo de serviço e da experiência que o professor apresenta, uma vez que, conforme orienta a concepção sociointeracionista da linguagem, nós estamos em constante desenvolvimento, ou seja, nossa necessidade de conhecimento é insaciável, nunca acaba. Isso se justifica na medida em que compreendemos o sujeito como social, pois a cada enunciação, proveniente de uma interação verbal, novos sujeitos, dela emergem. Logo, a cada curso de formação realizado, novos professores e novos discursos são constituídos, pois, se trata de novos contextos, apesar dos conteúdos, muitas vezes se repetirem.

Na mesma linha de pensamento, se encontra Costa-Hübes (2008), a qual afirma que formação continuada não pode ser estanque, ou seja, ela deve ser compreendida "como um ato *continuum*, como forma de educação permanente, pessoal e profissional, objetivando o desenvolvimento da profissão docente" (COSTA-HÜBES, 2008, p. 23). A autora ainda afirma que:

Ao interpretar a formação de professores como um processo educativo permanente de (des)construção de conceitos e práticas, para corresponder às exigências do trabalho e da

profissão, é possível afirmar que a formação continuada se insere, não como substituição, negação ou mesmo complementação da formação inicial, mas como um espaço de desenvolvimento ao longo da vida profissional, comportando objetivos, conteúdos, formas organizativas diferentes daquela, e que tem seu campo de atuação em outro contexto. (COSTA-HÜBES, 2008, p. 23)

Disso decorre que não se justifica um professor se acomodar em práticas rotineiras e irrefletidas, sem se atentar para a importância de realinhar suas práticas e realimentar seus conhecimentos com conhecimentos novos. O que não significa dizer que todo conhecimento adquirido tenha que ser descartado; pelo contrário, deve servir como ponto de partida para as reflexões e mudanças. Todavia, esse processo precisa ser refletido, acompanhado, mediado pela “consciência” do professor, de seu papel como fundamental para transformar a realidade.

Outro fato relevante a ser observado é que a FC não deve ser entendida como preenchimento das lacunas deixadas pela formação inicial, mas, nas palavras de Costa-Hübes, “como um espaço de desenvolvimento ao longo da vida profissional” (COSTA-HÜBES, 2008, p. 23) que sirva como momento de reflexão do “dever” a fim de “vir a ser” outro sujeito, sempre melhor.

Portanto, o processo vivenciado na prática pedagógica diária deve estar alinhado ao produto que se deseja alcançar, pois como bem nos advoga Luckesi “um processo obrigatoriamente chega a um produto e um produto não existe, de modo algum, sem um processo que o gere” (LUCKESI, 2006, p. 20), por isso todo profissional que atua na educação deve ter clareza das ações desenvolvidas e, principalmente, deve saber que produto deve atingir e como fazer para alcançá-lo.

Nesse sentido não se justifica os modelos de formações em que os profissionais apenas autonomizam algumas práticas repetitivas e irrefletidas, em determinado tempo e lugar, a fim de cumprir protocolo ou cumprir horário, sob a pena de ter

seu ponto cortado ou outras punições. Qualquer tipo de aprendizado não se justifica pela imposição. Para se aprender, verdadeiramente, temos que nos permitir. Só assim, conscientes de nossos atos, podemos deslocar algumas práticas, propondo outras mais acertadas.

Seja como forma de atualização de conhecimentos da formação inicial ou como processo educativo permanente, a FC deve ser praticada de forma reflexiva e envolver o esforço do coletivo de toda equipe da educação: da escola – professores, funcionários, diretores e pais de alunos, no sentido de ser compreendida como fundamental para o desenvolvimento da educação básica.

Na próxima sessão, refletiremos sobre os conceitos de FC presente nos discursos dos professores entrevistados e sua relação com o IDEB do município em que eles atuam.

FORMAÇÃO CONTINUADA NA VOZ DOS PROFESSORES PESQUISADOS

Na sessão em pauta, o objetivo é refletirmos sobre a concepção de FC subjacente aos discursos dos professores e de suas práticas, buscando respostas para nossos questionamentos. Para tanto, faremos a análise de nosso *corpus*.

Antes, porém, queremos retomar a fala de Bakhtin (2000) quando ele nos observa que:

O objeto de discurso de um locutor, seja ele qual for, não é objeto do discurso pela primeira vez neste enunciado, e este locutor não é o primeiro a falar dele. O objeto, por assim dizer, já foi falado, controvertido, esclarecido e julgado de diversas maneiras, é o lugar onde se cruzam, se encontram e se separam diferentes pontos de vista, visões do mundo, tendências. Um locutor não é o Adão bíblico, perante objetos virgens, ainda não designados, os quais é o primeiro a nomear. (BAKHTIN, 2000, p. 319).

Essas palavras de Bakhtin nos faz refletir sobre o dialogismo, a heterogeneidade e a intertextualidade que constitui nossos discursos. Afinal, quando falamos ou escrevemos sempre temos um interlocutor em mente e obedecemos às regras impostas pelas condições de enunciações. Logo, os seguintes discursos devem ser recebidos levando em conta suas condições de produção.

Lembrando João Cabral de Mello Neto, acreditamos que: "Um galo sozinho não tece uma manhã: ele precisará sempre de outros galos. De um que apanhe esse grito que ele e o lance a outro [...]". Assim, como o galo do referido poeta, recebemos o discurso dos professores e os lançamos a outro(s) para que reflita(m) conosco e façamos, juntos, nossas considerações a respeito do que eles carregam.

Com o propósito de atingir os objetivos traçados, a seguir, transcrevemos a fala dos professores. Num primeiro momento, seus enunciados sob a configuração do discurso direto; posteriormente, resumimos seus posicionamentos com nossas palavras em virtude do escasso espaço que dispomos nesse trabalho. Lembramos, ainda, que para resguardar a identidade dos entrevistados optamos por nomeá-los de PI, P2, P3, P4 e P5.

Perguntados sobre o que compreendiam por formação continuada, eles, assim, responderam:

PI_ FC é o professor está constantemente estudando, se aperfeiçoando, se aprimorando. E assim: criticando sempre o que ele está fazendo. Será que tá bom? Será que não tá bom? Para ir buscar algo mais. Porque há muitos que estabiliza. Ah! tá bom assim. Pra mim está confortável. Então, vou seguir dessa forma. Então... FC é sempre está estudando sempre me aprimorando. Nesse sentido.

P2_É a continuação da formação acadêmica, mas já não na faculdade, na universidade, né?. Mas daí a busca pelo próprio professor, né? Pelo conhecimento, através da televisão, jornais internet a formação aqui ofertada pela secretaria,

sempre em busca de melhora... de melhoras porque, por exemplo, os gêneros textuais... eu acho que ... é uma coisa nova é uma maneira nova de trabalhar os textos para todos os professores, né? Na forma tradicional, era de outra maneira e... e a FC ela tem...tem o intuito da gente se aprimorar cada vez mais, né?.

P3_ Bom! Pra mim também é sempre tá em busca né, porque a gente desde o recorrer da vida que a gente nasce até quando a gente fica adulto, envelhece... a gente tem que sempre ter conhecimento, sempre tá em busca, né? Se aperfeiçoando, fazendo os cursos que nós tamo fazendo, assim como os que a secretaria ofertou também, como ela disse, a gente tá sempre... tá interagindo. Se eu não sei de uma coisa hoje eu preciso pesquisar, vou em busca, vou em livros vou na internet e assim tá se atualizando, né? Porque o mundo tá girando e a gente não pode ficar estacionado você tem que buscar novos conhecimentos.

P4_ Pra mim a formação e capacitação tem o mesmo sentido. O professor para merecer o salário eu acho que tem participar de cursos palestras, conferência, tá sempre pronto e disposto pra participar né? Isso só vai contribuir pra prática pedagógica de cada um.

P5_ Como o nome diz continuada, né? Você vai tá continuando seus estudos, né? Porque quando eu comecei dar aula era um método, hoje já é outro. Se você não acompanhar a formação continuada você fica pra trás, porque uma ora a gente estuda um autor, uma ora é outro. Então, às vezes a gente acha que sabe fazer, de repente muda tudo. Mas não tô reclamando, né? São as transformações. E sem essa FC, sem esse apoio, a gente não consegue, porque tudo evolui muito rápido por mais que você tenha acesso a internet, leia livros, a FC ela é essencial porque... é... ela ajuda a gente a melhorar, né? Porque os nossos alunos de antes, quando eu comei a dar aula, hoje não são os mesmos. É a FC que dá conta disso, que

ajuda a gente. Acho muito importante.

Conforme podemos perceber, a formação continuada é entendida, por todos os professores, como aquela que dá condições ao professor de acompanhar as mudanças sociais, tecnológicas, etc. Ela ultrapassa os limites da formação inicial e segue por toda a vida. Ademais, deve acontecer com apoio de profissionais da área porque sozinhos, esses profissionais não conseguem resolver seus problemas, apesar do auxílio da internet, livros, revistas, etc.

Ainda foi apontada, pelos pesquisados, a importância da FC para atualização dos seus conhecimentos, justificando que a mudança da concepção de linguagem, que norteia suas práticas, os deixou confusos, perdidos. Também, afirmaram a necessidade de ser melhor trabalhada e fundamentada a teoria dos gêneros pautada na concepção sociointeracionista da linguagem cujo um dos maiores representante é o Bakhtin. Isso comprova que, apesar de acontecer cursos de formação no município, eles não dão conta de formar os professores para atuarem com segurança em sala de aula. Não pela qualidade das formações oferecidas, mas pelo pouco tempo em que eles ocorrem.

A seguir foi arguido sobre a contribuição da FC para a qualidade de ensino. Os professores foram enfáticos afirmando que a FC contribui com mais informações porque por conta própria fica complicado, algumas vezes. Ademais, argumentaram que sem a busca contínua eles não acompanhavam as mudanças rápidas da sociedade e, conseqüentemente, não podiam ensinar os alunos a filtrarem as cascatas de informações que recebiam, transformando-as em conhecimento. Sem essa busca constante por informações e conteúdos, eles falaram que não podiam atender aos anseios dos alunos da escola moderna. Dessa forma, se estivessem bem fundamentados teoricamente, se dominassem todos os conteúdos com o quais trabalham em sala de aula, poderiam conduzir melhor as aulas e isso refletiria diretamente na qualidade do ensino. Todavia, o tempo para os estudos, para

a preparação e planejamento de aula é muito escasso, apesar das horas atividade.

Além disso, os professores afirmaram que se sentiam incomodados quando um aluno questionava sobre alguns dos sites de relacionamentos e seus respectivos gêneros e eles não sabiam responder porque não conheciam. Logo, podia ser um indicativo de que a escola não estava evoluindo na mesma proporção que a sociedade e isso refletia muito nas suas salas de aula. Eles também disseram que nas escolas em que trabalhavam existia laboratório de informática, entretanto, não tinham acesso à internet. Apesar de muitos de nossos alunos não terem acesso à internet em casa, eles são bastante curiosos e interessados pela área. Em relação a isso, uma professora afirmou que não adiantava se focar apenas na quantidade de conteúdo aprendido, mas, sobretudo, na qualidade desse conteúdo, pois não adianta encher os alunos de conteúdo que eles não compreendem. Entretanto, questões da informática deveriam ser melhores exploradas porque é importante que comunguemos das tecnologias da informação para o nosso progresso como sujeitos da sociedade da era da informação.

Questionados sobre como se dava a formação em seu município. Os professores argumentaram que ela ocorria nas diversas áreas e que era escolhido um professor para representar cada área, o qual representaria os demais no curso de FC oferecido pela Associação dos Municípios do Oeste do Paraná (AMOP). A seguir, esse professor era incubido de repassar essas informações aos demais. Todavia, nem sempre isso acontecia da maneira esperada, isso porque, segundo eles, faltava tempo. Além do mais, algumas vezes, os professores que participavam dos cursos na AMOP apenas repassavam as atividades sem os devidos esclarecimentos sobre sua aplicação. Essas questões os deixavam insatisfeitos.

Os professores também falaram que, a pedido deles, de acordo com suas dificuldades, era requerido ao Secretário Municipal a realização de cursos específicos com profissionais da área em questão. Esses cursos ocorriam, geralmente, no

início do ano, dois dias seguidos. Segundo apontaram os entrevistados, esses cursos apresentavam uma carga de conteúdo muito grande, muitas vezes de mais de uma disciplina, o que se tornava cansativo e comprometia muito o aprendizado.

A respeito das avaliações dos conteúdos ministrados nesses cursos, os professores falaram que não havia nenhuma atividade que aferisse o nível de aprendizado dos professores.

Pedido uma opinião sobre como eles achavam que esses cursos deveriam acontecer, os entrevistados responderam que deveria ser à maneira como vinha sendo desenvolvido o trabalho Projeto de Pesquisa *Formação Continuada para Professores da Educação Básica nos Anos Iniciais: Ações Voltadas para a Alfabetização em Municípios com Baixo IDEB da Região Oeste do Paraná*, vinculado ao Programa Observatório Educacional da CAPES em parceria com a UNIOESTE, desenvolvido no município. Ou seja, um encontro por mês, de oito horas de duração, com apontamentos teóricos aclarados com atividades práticas assistidas pelos professores mediadores desses cursos. Dessa forma, conforme eles sinalizaram, os encontros tinham mais aproveitamento e resultado, pois, nessa configuração, os participantes conseguiam apreender melhor os conteúdos e as propostas de ensino. Uma professora colocou que tinha achado muito importante o trabalho em equipe porque, por meio disso, os professores que sabiam mais, poderiam ajudar os que sabiam menos, determinados conteúdos. E, por intermédio da interação, o trabalho era mais rico.

Outro assunto abordado pela entrevista foi a Avaliação Nacional do Rendimento Escolar – ANRESC (Prova Brasil), um dos instrumentos avaliativos do SAEB. Os professores argumentaram que antes dos cursos de FC oferecidos pelo projeto citado, só conheciam a Prova Brasil por ouvir falar e que, tampouco, sabiam o que era os tais “descritores”. Isso porque só era informado sobre a prova os professores das 4^a séries e no ano de realização dela. Eles questionaram esse posicionamento porque acreditavam que era importante que

os professores das séries iniciais, a começar pelos SEMEIS, já fossem preparando os alunos para a avaliação em questão. Logo, as discussões referentes à Prova Brasil era do interesse de todos porque a educação não se justificaria por etapas fragmentárias e independentes uma das outras.

O IDEB (2009) do município em questão foi 4.8. Em relação ao índice e a formação continuada, os professores asseguram que a culpa era a falta de alinhamento entre a forma como os conteúdos vinham sendo trabalhados e cobrados e a clareza acerca da configuração da avaliação. Também, ficou constatada na fala dos entrevistados uma deficiência no domínio dos conteúdos repassados aos alunos, resultante das lacunas decorrente da formação tradicional que eles receberam.

Tudo isso dificultava muito o trabalho com a leitura e com os conceitos subjacentes a essa prática, pois a leitura, numa concepção sociointeracionista, não pode ser confundida com decodificação, pelo contrário, dever ser compreendida como processo de interação entre leitor-texto-autor, sendo a decodificação apenas uma parte do processo. Atestamos, por meio da entrevista, a confusão que os professores fizeram com o conceito de letramento e alfabetização e, por consequência, relacionamos essas dificuldades apresentadas como uma das possíveis causas do baixo IDEB do município.

Diante desses questionamentos, e das reflexões oriundas deles, os professores, em diversos momentos, atestaram a importância da formação continuada para a qualidade do ensino e se posicionaram a favor de uma formação permanente e distribuída durante todo o ano (não só no começo ou no meio do ano, como acontecia antes do trabalho do Observatório), em encontros mensais.

Portanto, nada melhor do que a voz de quem faz a educação acontecer para nos conscientizar da relevância de uma reflexão crítica do processo educacional antes de nos posicionarmos acerca dos índices de desenvolvimento da educação sem antes nos atermos às questões que os envolvem de maneira mais abrangente.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Diante do exposto, compreendemos a importância da conscientização do professor de seu papel na transformação dos alunos e, em decorrência disso, da conjuntura social do país como um todo. Para tanto, é necessário que ele compreenda que o trabalho por ele desenvolvido é permeado de ações que o determinam. Assim sendo, o professor precisa realizar uma análise crítica da conjuntura política educacional que direciona sua prática para compreender quais caminhos devem ser percorridos em busca de melhores resultados para a qualidade da educação básica.

Ao nosso ver, a formação continuada não é a panacéia da educação, porém pode contribuir oferecendo perspectivas e alternativas para a atuação do professor em sala de aula, facilitando a tarefa de formar cidadãos mais competentes para exercer seus direitos de cidadania de forma independente e ativa e, também, oferecendo a possibilidade de elevação profissional e pessoal do professor. Todavia, é preciso que os órgãos competentes reconheçam essa importância e assegure mais tempo para que isso aconteça.

Necessário se faz perceber que os índices do IDEB mostram apenas a ponta do *iceberg*, precisamos descobrir o restante que está encoberto e buscar soluções viáveis e urgentes sem culpar quem, por direito, merece todo nosso respeito pelo trabalho perpassado por condições precárias, baixos salários, indisciplina de alunos carentes de cultura, de respeito, de limites, pois a educação é um problema social, portanto, responsabilidade de toda sociedade não só do professor ou da escola.

Nossos professores precisam ser vistos como profissionais de relevância para o desenvolvimento do país. Enquanto isso não acontecer e a educação não for prioridade nas políticas públicas, seremos eternamente formadores de sujeitos passivos e incompletos, incapazes de exercerem seus direitos como cidadãos.

REFERÊNCIAS

BAKHTIN, Mikhail. *Estética da Criação Verbal*. 3. ed. São Paulo: Martins Fontes, 2000.

BOGAN, Robert; BIKLEN, Sari Knopp. *Investigação qualitativa em educação: uma introdução a teoria e aos métodos*. Porto: Porto Ed, [1994].

Tradução de: *Qualitative research for education*.

COSTA-HÜBES, T. C. *O processo de formação continuada dos professores no Oeste do Paraná: um resgate histórico-reflexivo da formação em Língua Portuguesa*. Londrina: UEL: Programa de Pós-graduação em Estudos da Linguagem: 2008 (Tese de Doutorado).

ESTEVEZ, Manuela & RODRIGUES, Ângela. *A análise de necessidades na formação de professores*. Porto: Porto Editora, 1993.

FORMOSINHO, João. *Formação contínua de professores: realidades e perspectivas*. Aveiro: Universidade de Aveiro, 1991.

GATTI, B. A. *Grupo focal na pesquisa em Ciências Sociais e Humanas*. Brasília: Liber Livro, 2005.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Formação do educador sob uma ótica transdisciplinar. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/>, acessado em 21 de agosto de 2011, às 20:22h.

LUCKESI, Cipriano Carlos. Prática educativa: *processo versus produto*. Disponível em: <http://www.luckesi.com.br/>. Acessado em 21 de agosto de 2011, às 20:00h.

SILVA, Ana Maria Costa e. *A formação contínua de professores: Uma reflexão sobre as práticas e as práticas de reflexão em formação*. Revista Educação & Sociedade, ano XXI, nº 72, Agosto/00. Disponível em: <http://www.scielo.br>